

AUTORIA ACADÊMICA DO MOVIMENTO SURDO BRASILEIRO

Circulação de saberes de um projeto coletivo intercultural

ACADEMIC AUTHORSHIP OF THE BRAZILLIAN DEAF MOVEMENT

Circulation of knowledge from an intercultural collective project

GABRIEL DE SOUZA¹

INES CAROLINE REICHERT²

RESUMO

Esta investigação discute a atuação histórica das lideranças surdas no movimento social, com foco no seu papel educador nas relações sociais. Parte-se da indagação sobre os sentidos empregados pelos sete primeiros doutores surdos brasileiros, ativistas dos movimentos surdos nos primeiros anos do século XXI, na perspectiva da articulação coletiva de saberes. Assim, a temática ganha força diante da dissolução das representações sociais subalternizantes das pessoas surdas, possibilitando a visibilização do protagonismo e da autoria surda em razão dos conhecimentos sistematizados, produzidos, articulados e compartilhados pelas lideranças intelectuais. Portanto, a pesquisa propõe reconhecer, por meio da autoria acadêmica de lideranças surdas, um projeto de educação intercultural como estratégia de transformação das relações sociais entre agentes e instituições. De característica básica e qualitativa, metodologicamente, opta-se pela revisão bibliográfica, bem como pesquisa documental. Através da leitura interpretativa dos dados coletados recorre-se a aproximação com o campo teórico com os estudos (inter)culturais críticos desde a América Latina, orientados pelo pensamento decolonial. Por fim, a pesquisa evidencia diferentes saberes que convergem em aprendizagens para ouvintes, destacadas pelo grupo pioneiro no processo de doutoramento dos intelectuais engajados. Por meio da articulação de saberes práticos, teóricos, técnicos-instrumentais, sócio-políticos, simbólicos-culturais, linguísticos e epistêmicos verifica-se a construção de uma pedagogia intercultural fundada no reconhecimento e na solidariedade com surdos pelos ouvintes.

¹ Bolsista CAPES, Mestrando em Diversidade Cultural e Inclusão Social (Universidade Feevale). Especialista em Libras. Licenciado em História e em Pedagogia. Professor na Educação Básica e Tradutor-Intérprete de Libras/Português: gsouza1596@gmail.com

² Doutora em Diversidade Cultural e Inclusão Social (Universidade Feevale). Mestra em Educação (Unisinos). Licenciada em História. Professora na educação Básica: inescarolinereichert@gmail.com

Palavras-chave: Autoria Acadêmica Surda. Movimento Social. Educação. Interculturalidade.

ABSTRACT

This research discusses the historical role of deaf leaders in social movements, focusing on their educational role in social relations. It begins with an inquiry into the meanings employed by the first seven Brazilian deaf doctors, and activists in deaf movements in the early 21st century from the perspective of the collective articulation of knowledge. Thus, the theme gains strength in the face of the dissolution of subalternized social representations of deaf people, enabling the visibility of deaf protagonism and authorship due to the systematized knowledge produced, articulated, and shared by intellectual leaders. Therefore, the research proposes to recognize, through the academic authorship of deaf leaders, an intercultural education project as a strategy for transforming social relations between agents and institutions. With a basic and qualitative characteristic, methodologically, a bibliographic review and documentary research were chosen. Through the interpretative reading of the collected data, the theoretical field is approached with critical (inter)cultural studies from Latin America, guided by decolonial thinking. Finally, the research highlights different types of knowledge that converge in learning for hearing people, highlighted by the pioneering group in the doctoral process of engaged intellectuals. Through the articulation of practical, theoretical, technical-instrumental, socio-political, symbolic-cultural, linguistic, and epistemic knowledge, the construction of an intercultural pedagogy based on recognition and solidarity with the deaf by hearing people is verified.

Keywords: Deaf Academic Authorship. Social Movement. Education. Interculturality.

INTRODUÇÃO

A presente investigação tematiza o movimento surdo brasileiro em sua atuação como educador da/na sociedade, evidenciando algumas das lideranças intelectuais que integram essa ação coletiva. Uma vez que a trajetória histórica do movimento surdo no Brasil conferiu heranças às lutas contemporâneas, comprehende-se que variadas transformações foram encaminhadas em função da agência de lideranças surdas interessadas, coletivamente, na transformação da realidade, organizando e consolidando suas demandas.

Nesse sentido, questiona-se quais os sentidos empregados pelos sete primeiros doutores surdos brasileiros, enquanto lideranças dos movimentos surdos nos primeiros anos do século XXI, pela perspectiva da articulação coletiva

de saberes na dinâmica das relações sociais. A partir daí, a hipótese aqui negociada – que orienta a questão na qual se debruça a pesquisa – observa as ações educativas, encaminhadas pelas lideranças surdas na sua produção científica, resultantes das emergentes reivindicações por cidadania.

Tais lutas, empenhadas na manutenção das políticas públicas, especialmente conectadas ao direito à educação, promovem simultaneamente a formação de redes de sociabilidade internas ao movimento e também externas que, de forma estratégica, dialogam, mediam e constroem saberes acerca da cultura surda. Assim, os saberes partilhados pelas lideranças surdas promovem aprendizados com a sociedade civil, fio condutor central dessa pesquisa.

Para encaminhar tal empreendimento, recorre-se ao estudo do fenômeno social da Autoria Acadêmica Surda (SOUZA, 2018, SOUZA; REICHERT, 2020) com objetivo de reconhecer, através da produção acadêmica de lideranças surdas, um projeto de educação intercultural como estratégia de transformação das relações sociais entre agentes e instituições. Cumprindo com a propositiva anterior, faz-se necessário: (a) identificar as principais produções acadêmicas das sete primeiras doutoras surdos no Brasil; (b) verificar os conhecimentos constituídos na autoria acadêmica surda; e (c) compreender as relações tramadas pelas lideranças na produção de saberes interessados pela educação nas relações sociais.

Compreende-se que com o reconhecimento de representações sobre as pessoas surdas, construídas pela desigualdade, é possível desvelar noções fixas binárias, estabelecidas sob a lógica da colonialidade: deficiência-eficiência, normalidade-anormalidade, ausência-presença, subalterno-superior. Assim, justifica-se a visibilização de agentes sociais inscritos nas posições de docentes, acadêmicos, ativistas da diferença surda na produção de saberes (SILVA, 2009). Tais conhecimentos constituídos – acionados pela agência das lideranças-intelectuais surdas – enfrentam fronteiras, promovem traduções e encontram diálogos no tensionamento dos movimentos sociais, universidade e sociedade. Dessa forma, representações outras passam a circular, baseadas nas pessoas surdas como agentes históricos, também empenhados na construção, consolidação e manutenção dos direitos das comunidades surdas.

Desse modo, a pesquisa define-se básica e de caráter qualitativo, (PRODANOV; FREITAS, 2013). Metodologicamente, realiza-se uma revisão

bibliográfica e pesquisa documental. Por meio da coleta de documentos, buscam-se as legislações reivindicadas pelas comunidades surdas e as teses produzidas pelos sete primeiros doutores surdos. Em seguida, recorre-se à interpretação dos materiais selecionados segundo a leitura analítica e interpretativa (GIL, 2002).

Para iniciar o diálogo acerca da produção acadêmica surda na relação com os movimentos sociais elenco: Silva (2009), Rezende (2010), Campello e Rezende (2014), Moraes (2014), Brito (2016), (2018), Souza (2018), Souza e Reichert (2020), (2014, 2020). Tais autoras e autores colaboram com a discussão e apresentam um breve estado da arte na temática endereçada.

O aporte teórico está orientado a partir de duas vias convergentes, descritas em seguida: (I) metodológica: orientadora da construção do conhecimento sócio-histórico – que oferece conceitos-ferramentas, na ótica da sociologia compreensiva, para compreensão do fenômeno estudado –, baseada em Velho (1999, 2004), Gontijo (2005), Carvalho (2003), Bourdieu (1983, 2004), Gohn (2011, 2013) e Gomes (2017); (II) epistemológica: interpretativa das fontes primárias, que permite discutir as dimensões teóricas e práticas dos dados coletados, ancorada nos estudos (inter)culturais críticos desde a América Latina, orientados pelo pensamento decolonial, estruturado em Walsh (2005, 2010, 2012, 2014).

Nessa lógica, o arcabouço teórico - metodológico e epistemológico - elaborado suporta o trabalho científico de preparo e operação dos objetivos conforme a questão orientadora. Em seguida, caracterizam-se os passos metodológicos encaminhados na investigação.

1. PERCURSO METODOLÓGICO: ABORDAGENS E FONTES PARA INVESTIGAÇÃO DA CIÊNCIA

A pesquisa básica e qualitativa aqui encaminhada, tem característica exploratória-explicativa de abordagem indutiva (PRODANOV; FREITAS, 2013). Utilizando a revisão bibliográfica narrativa, com interesse em contextualizar a presente investigação no cenário das produções que tenham se dedicado à temática (PRODANOV; FREITAS, 2013), desenvolve-se um panorama do estado da arte com a análise crítica do autor (ROTHER, 2007).

Sendo assim, localizam-se produções escritas em língua portuguesa que

investigam os movimentos surdos e educação a partir dos anos 2000. As bases de dados consistem em repositórios de universidades e revistas científicas, dos quais foram selecionados aqueles de maior relevância no campo da Educação, que aderem ao fenômeno social da autoria surda na produção científica e colaboram com a discussão aqui encaminhada.

Para examinar os escritos levantados na revisão bibliográfica, utiliza-se da leitura analítica e interpretativa proposta por Gil (2002). No procedimento analítico, o pesquisador organiza as informações contidas nos materiais, endereçando-as ao problema de pesquisa, na tentativa de entender e reconhecer a totalidade do texto, as ideias centrais, a distinção entre as noções implicadas no texto, bem como a síntese dos dados (GIL, 2002). Na etapa interpretativa, o investigador recorre às sínteses da revisão bibliográfica relacionando-as com conhecimentos teóricos, permitindo desenvolver a discussão em torno da temática selecionada (GIL, 2002).

As fontes primárias escolhidas nesta pesquisa partem da Carta Aberta dos Doutores Surdos, ponto inicial que permite mapear as demais fontes, em especial as teses produzidas pelo grupo pioneiro. Na coleta de dados nas teses, localizadas a partir da Plataforma Lattes nos repositórios das respectivas universidades, há a escolha na escrita de si convertida em autorrelatos, que falam dos sujeitos em suas relações, permitindo entrever indícios da coletividade e da historicidade, vasculhando o universo pela costura das narrativas de vida (CARVALHO, 2003).

As teses investigadas foram publicadas no período entre 2003 e 2010, e serão analisadas - segundo Gontijo (2005) - desde a busca de indícios acerca das reivindicações, emoções, heranças e posições partilhadas na escrita entre os intelectuais, das suas experiências de sociabilidade no movimento social e da produção acadêmica organizadora de projetos.

Conforme Velho (1999), os projetos são manifestações simbólicas, públicas e, portanto, políticas. Interessados na transformação social, estes são oriundos da construção da coletividade e ancoram-se às memórias que significam as trajetórias individuais e as ações coletivas futuras (VELHO, 1999). Finalmente, os projetos, na concepção de Velho (1999), exploram o campo de possibilidades, isto é, o universo contextual disponível a elaborar e executar as reivindicações.

Dentre os empreendimentos resultantes da atuação do movimento social surdo no campo de possibilidades, pode-se destacar a legislação oriunda das políticas públicas. Neste trabalho, incorpora-se a trajetória da lei da Libras (n. 10.426/2002), no contexto do processo de doutoramento das primeiras pessoas surdas, verificando como se desenvolvem as relações mediadas por saberes – entre as lideranças-intelectuais e a sociedade civil –, no campo de ação do projeto coletivo. Em seguida compõe-se o levantamento bibliográfico, desenvolvendo as análises para cumprir com os objetivos de pesquisa.

2. PRODUÇÃO DE CIÊNCIA ORIUNDA DO MOVIMENTO SOCIAL SURDO

No contexto brasileiro, dentre as pesquisas encaminhadas por pessoas surdas, verificam-se sinais de uma Autoria Acadêmica Surda (SOUZA, 2018), isto é, lideranças dos movimentos surdos que enquanto intelectuais alinham sua atuação teórico-prática na construção de saberes e fazeres interessados em posições reivindicatórias. Sendo assim, enfoca-se nos sete processos de doutoramentos iniciados por surdas/os na transição para os anos 2000, pois há protagonismos e autorias emergentes no século XXI vividos pelo grupo pioneiro de doutoras/es surdas/os brasileiros (SOUZA; REICHERT, 2020).

Nesse sentido, as comunidades surdas, quando atuam como movimento social - isto é, promotor de ações coletivas que organizam e manifestam demandas de natureza política, social e cultural (GOHN, 2013) -, são mediadas pelas estratégias das lideranças-intelectuais. Por isso, há nos movimentos surdos um forte engajamento nas “Lutas e movimentos pela educação [que] têm caráter histórico, são processuais, ocorrem, portanto, dentro e fora de escolas e em outros espaços institucionais. Lutas pela educação envolvem lutas por direitos e fazem parte da construção da cidadania” (GOHN, 2011, p. 346).

Conforme remonta Brito (2016), no contexto da campanha de oficialização da Libras, as trocas de saberes entre ativistas surdos e pesquisadores acadêmicos consolidaram a perspectiva da cultura surda, bem como o sucesso do projeto de lei. Dessa forma, evidencia-se a posição de Campello e Rezende – duas das protagonistas do grupo de doutoras/es surdas pioneiros - trazendo questões imprescindíveis à Autoria Acadêmica Surda:

Somos intelectuais em busca de uma **produção política** legítima para a educação dos surdos, que significa uma **política educacional** permeada pelas necessidades e anseios dos alunos; uma política que condiz com **nossa luta**, com nossas experiências de vida, com nossos anseios pelos e ao lado de nossos pares surdos, em busca do direito de as crianças surdas terem, [...] a possibilidade de adquirir a Identidade Linguística da **Comunidade Surda**. [...]. **Somos autoras** com atravessamentos produzidos por uma política pública educacional que não atendeu e **não atende às nossas imperativas demandas linguísticas e culturais**. Nós diagnosticamos em nosso campo a imperativa necessidade da **Educação Bilíngue** de Surdos. A partir desse lugar que falamos, contamos a **história das lutas do Movimento Surdo Brasileiro** em defesa das nossas Escolas Bilíngues (CAMPELLO; REZENDE, 2014, p. 72-73, grifo nosso).

Os campos, cujos quais as autoras inscrevem-se, marcam, justamente, a intersecções na/da Autoria Acadêmica, suas formas de atuação sociopolítica e epistemológicas. Tais lideranças compartilham conhecimentos relacionais em disputa e negociação (SILVA, 2009) também no campo científico, indicando enquanto pesquisadoras suas posições de orientação sociopolítica (BOURDIEU, 1983), e militante; como destacam, Campello e Rezende em suas teses.

O fenômeno aproxima-se, na perspectiva freireana, enquanto práxis e movimento da epistemologia da pedagogia, “[...] como uma metodologia essencial e indispensável - alicerçada na realidade das pessoas, em suas subjetividades, histórias e lutas [...] [sendo que] as lutas sociais são enclaves pedagógicos para aprender, desaprender, reaprender, refletir e agir” (WALSH, 2014, p. 22).

As estratégias científicas e políticas (BOURDIEU, 1983) - e porque não pedagógicas, como visa a discussão aqui empreendida - são convergidas na atuação nos movimentos sociais e na Autoria Acadêmica Surda. Nessa lógica, orienta-se a partir da concepção de Gomes (2017), segundo a qual os movimentos sociais, em sua atuação, transformam identidades, políticas, reivindicações acerca de si e da realidade.

A atuação, conforme Rezende (2010) advoga, está alicerçada em diferentes estratégias, que valorizam a experiência da Libras, reúnem pessoas para mobilizações urbanas, debatem os direitos linguísticos, produzem cultura

através das artes, narrativas e textos. Essas e outras estratégias combatem e resistem à dominação sobre os jeitos de ser e saber na cultura surda, como indica Rezende (2010, p. 156) “A inversão epistemológica é a estratégia da resistência surda; uma resistência que produz outros significados: não os da norma da soberania ouvinte”.

Em conformidade com Walsh (2012), na perspectiva do pensamento crítico decolonial, além de dialogar com esses saberes fronteiriços, trata-se de uma relação epistemológica que deseja situar outras lógicas, formas de pensar e intelectuais nas perspectivas sociais, políticas e éticas de propósito transformador. Neste território, em constante movimento das relações, em negociação, emergem novos conhecimentos e práticas que desestabilizam a colonialidade, assim interculturalizar permite estabelecer novas dimensões epistêmicas, novas condições de saberes nômades, cujos influências passam a infiltrar-se na esfera política (WALSH, 2012). Logo,

É neste sentido que assumimos a interculturalidade nomeando o nosso projeto de estudos (inter)culturais, pensando assim a partir desta região, a partir das lutas, práticas e processos que questionam os legados eurocêntricos, coloniais e imperiais e procuram transformar e construir condições radicalmente diferentes de pensar, saber, ser, estar e conviver (WALSH, 2010, p. 221, tradução minha).

Como assinala Walsh (2014, p. 25), os projetos dos movimentos sociais que reconhecem o pedagógico-político rompem com os contextos hegemônicos e “As fissuras passam a ser o lugar e o espaço a partir do qual avançam a ação, militância, resistência, insurgência, transgressão e / como pedagogização, e o “outro caminho” que é o descolonial vai sendo inventado, criado e construído”.

Através da Carta Aberta ao Ministro da Educação - ocasião em que o Ministério da Educação apontou para o fechamento das escolas para surdos -, Campello, Perlin, Strobel, Stumpf, Rezende, Marques e Miranda (2012) indicam os desenhos do projeto coletivo do movimento surdo. Mobilizando saberes enquanto pesquisadoras e pesquisadores do campo da Educação, escrevem:

Nós, **surdos, militantes** das causas dos nossos compatriotas surdos, apelamos [...] pelo nosso direito de escolha da educação que melhor atende aos surdos brasileiros que têm a **Libras** como primeira língua. Concordamos que “O Brasil tem que ter 100% das crianças e jovens com deficiência na escola”, sim,

mas **não concordamos que a escola regular inclusiva seja o único e nem o melhor espaço onde todas essas crianças e jovens conseguem aprender com qualidade** (CAMPELLO; PERLIN; STROBEL; STUMPF; REZENDE; MARQUES; MIRANDA, 2012, p.1).

Segundo o grupo pioneiro no processo de doutoramento não há ciência, tampouco experiência que apoiaria a ação do governo federal na escolha por escolas em que a Libras não é a primeira língua, em que os pares surdos estão ausentes e que a cultura surda é subalternizada (CAMPELLO; PERLIN; STROBEL; STUMPF; REZENDE; MARQUES; MIRANDA, 2012). Nessa perspectiva, as lideranças acionam o capital científico na defesa da Escola Bilíngue, ao mesmo tempo o mobilizam na arena política dos movimentos, pois marcam “[...] que é assim que funciona a democracia, com a participação da sociedade civil, envolvida na luta de suas causas” (CAMPELLO; PERLIN; STROBEL; STUMPF; REZENDE; MARQUES; MIRANDA, 2012, p. 2).

A atuação das lideranças como educadoras nas relações com o Estado, reforçam a ausência de políticas que considerem a diferença surda e indicam a reivindicação de reconhecimento pelas especificidades da comunidade. Além disso, a construção e socialização desses saberes ocupam denúncia e resistência já que, como Gomes (2017, p. 89) aponta³, “[...] se esses lugares têm sido historicamente negados, cabe ao Estado intervir afirmativamente para lhes garantir direitos. Esse é um aprendizado recente da sociedade, do jurídico, da academia e do Estado brasileiro”.

Reforçando a natureza pedagógica da luta (WALSH, 2012), através da carta, o grupo protesta que são as escolas bilíngues que preservam as características linguísticas e culturais da comunidade surda, legitimando o campo dos Estudos Surdos nos quais se inscreve a autoria acadêmica, com a possibilidade de tensionar e disputar política e epistemologicamente os conhecimentos sobre as pessoas surdas mobilizadas (SILVA, 2009).

³ Tal abordagem encaminhada por Gomes (2017) refere-se ao movimento negro e é fundamental à discussão aqui encaminhada que se desenvolve no contexto brasileiro, reservadas as experiências racializadas.

Para Ribeiro (2012) o fazer acadêmico e o fazer militante evocam manifestações recíprocas – presentes, em alguns casos com a sobreposição do primeiro sobre o segundo, e em outros textos na medida contrária – nas teses dos primeiros doutores, conectando-se no discurso de legitimação do movimento surdo e ao ativismo da resistência, especialmente na produção de ciência.

De modo que, segundo Moraes (2014, p. 56) “O texto dos surdos acadêmicos possibilita a produção da diferença, mesmo atravessado pela militância; estes possibilitam pensar de outras formas. São nesses ‘entre lugares’ que estão as possibilidades [...].” Conforme Pokorski (2014), há um desafio na escrita das teses em segunda língua, bem como são as produções que vão pavimentando o trajeto para que outras sejam elaboradas.

Monteiro (2018) caracteriza, de forma quantitativa e ampla, a titulação de mestres e doutores surdos, reconhecendo a lei da Libras como política linguística importante no ingresso à Pós-Graduação, principalmente nas áreas da Educação, Linguística e Tradução. Sendo que a Educação, espaço de atração ao acesso das pessoas surdas, concentra mais pesquisas dos Estudos Surdos (MONTEIRO, 2018).

A atuação do movimento surdo na consolidação do reconhecimento legal da língua de sinais brasileira reforça atentar ao

[...] contexto social fortemente desigual que sofrem os surdos particularmente para o acesso a informática, a formação e a cultura principais fatores de **cidadania** e integração no seio da sociedade. Esse **projeto** se desenrolou num forte contexto de preocupação política. Essa posição é hoje legitimada pelo reconhecimento oficial da Língua Brasileira de Sinais – Libras e pelo **Ministério de Educação** que concluiu pela sua autenticidade educativa e cultural. O reconhecimento oficial da Libras no **sistema educativo** coloca a necessidade de desenvolver todo um marco formal para o **ensino dessa língua**: programa, pedagogia, avaliação (STUMPF, 2005, p. 269).

Com a aprovação do projeto de lei e posterior inclusão do decreto (n. 5626/2005) ficou ainda mais evidente que o projeto coletivo do movimento surdo não se restringia somente à comunidade surda, mas inscrevia a sociedade, de forma ampla, na articulação das reivindicações, e, portanto, dos saberes constituídos pela cultura surda.

Igualmente, como reforça Strobel (2008), diante da participação das lideranças surdas na esfera da política pública, é possível transformar o sistema nacional de educação que exclui e padroniza, reafirmando identidades, culturas, saberes e encontrando caminhos para relações de equidade (WALSH, 2012).

Pokorski (2020) que analisa um universo de mais cem teses e dissertações escritas por surdos, reconhece tal escrita com característica autobiográfica que narra, fundamentalmente, as identidades surdas, as experiências escolares e acadêmicas; centralizando o protagonismo da vida e da luta na produção científica. As teses, segundo Pokorski (2014), verificam-se mobilizando temas de interesse político que coincidem aos contextos de atuação expressiva do movimento surdo. Conforme Perlin (2003), o contexto de conflitos acirrava-se enquanto proposta da Educação Bilíngue frente às políticas de Educação Especial, no início do século XXI.

Desde a Autoria Acadêmica Surda são estabelecidas dinâmicas sociais entre os sujeitos implicados que convergem em um projeto coletivo (SOUZA, 2018), construída discursivamente pelo “nós surdos” (RIBEIRO, 2012). Já que os intelectuais pioneiros, constituem-se “[...] ao produzirem uma autoria acadêmica e coletiva, atuam como mediadores e interlocutores das aprendizagens sobre o movimento social surdo e a Cultura Surda, diante do Estado Nacional, dos agentes institucionais e até mesmo da sociedade civil” (SOUZA, 2018, p. 90).

Logo, é através da participação das lideranças surdas nos espaços sociais dos movimentos e da universidade que são mobilizados saberes e fazeres coletivos, da/na cultura surda com interesse na interculturalidade – noção referenciada em Walsh (2005, 2012) que se desenvolve como:

Um processo dinâmico e permanente de relacionamento, comunicação e aprendizagem entre culturas em condições de respeito, legitimidade mútua, simetria e igualdade. Uma troca que se constrói entre pessoas, saberes e práticas culturalmente diferentes, buscando desenvolver um novo sentido de convivência destes em sua diferença. Um espaço de negociação e tradução onde as desigualdades sociais, econômicas e políticas, as relações e os conflitos de poder da sociedade não são escondidos, mas reconhecidos e enfrentados. Uma tarefa social e política que desafia toda a sociedade, que parte de práticas e ações sociais concretas e conscientes, e tenta criar modos de responsabilidade e solidariedade (WALSH, 2005, p. 10-11, tradução minha).

Finalmente, se constituem enquanto conhecimentos interculturais pois tensionam as relações entre culturas surdas e ouvintes, socializando aprendizagens entre as pessoas surdas sobre as posições da comunidade e história de lutas, bem como compartilhando saberes com ouvintes acerca da diferença surda e cidadania garantida pelos movimentos.

No desenvolvimento da Autoria Acadêmica, as lideranças surdas operam enquanto agentes históricos, mediadores da cultura surda, produtores e articuladores de saberes (GONTIJO, 2005). Portanto, apoia-se na compreensão que

Os movimentos sociais são produtores e articuladores dos saberes construídos pelos grupos não hegemônicos e contra-hegemônicos da nossa sociedade. Atuam como pedagogo nas relações políticas e sociais. Muito do conhecimento emancipatório produzido pela sociologia, antropologia e educação no Brasil se deve ao papel educativo desempenhado por esses movimentos, que indagam o conhecimento científico, fazem emergir novas temáticas, questionam conceitos e dinamizam o conhecimento (GOMES, 2017, p. 16-17).

A própria escrita da tese em língua portuguesa está inscrita em estratégia no campo científico e como experiência intercultural das lideranças surdas. Dessa forma, os autores e autoras surdas produzem ciência - em sua segunda língua, o português escrito - divulgando saberes impregnados da língua de sinais - a primeira língua - e da cultura surda.

O engajamento das doutoras surdas na produção acadêmica fica ainda mais evidente, quando Perlin (2003, s/p.) manifesta que “A tarefa dos surdos é fazer visíveis os novos mecanismos de produção das diferenças surdas em tempos de globalização. Para o caso o desafio maior é uma descolonização das ciências no que dizem referentes. A mostra da alteridade [...]”.

Segundo Campello (2008) a ciência moderna positivista desconhece e, portanto, desqualifica a produção de conhecimento pelas pessoas surdas, especialmente aquele constituído pelos signos visuais - compreendidos pela visualidade. Nessa lógica, a Autoria Acadêmica Surda, enquanto projeto coletivo, estabelece estratégias propositivas que questionam também a produção de ciência, que - segundo Gomes (2017) - construiu-se, historicamente, sob uma

racionalidade ocidental hegemônica que apaga outros conhecimentos em função da cultura e de marcadores sociais como: etnia, gênero, bem como - apresentado pelos doutores surdos - deficiência e diferença surda.

No contexto acadêmico, Walsh (2005, p. 19, tradução minha) indica a força da colonialidade do saber, “[...] entendida como a repressão de outras formas de produção do conhecimento (que não sejam brancas, europeias e ‘científicas’), priorizando uma perspectiva eurocêntrica do conhecimento [...], que pretende ser universal e universalizante.

Vale dizer que as lideranças surdas tensionam, desde as estratégias de autoria e militância, um campo relacional de negociação em que saberes desafiantes do poder hegemônico são construídos e divulgados, compreendido em consonância com Walsh (2012) na forma de uma ação epistêmica, que operam na interculturalização, estabelecendo saberes outros, razões outras, epistemes outras constituídas e constituintes do campo político. Rezende (2010, p. 36), ao ser indagada pelos marcos da ciência moderna ocidental, provoca:

Eis aqui o que seria a minha resposta **militante** naquele momento: devo respeitar o regime de verdade dela? Que ciência? A ciência que regula e normaliza os corpos surdos através do implante coclear? A **ciência médica** e biotecnológica? [...] Houve regimes de verdades distintos – um ouvinte/médico que estava alicerçado na cura e na reabilitação e um surdo que estava alicerçado na diferença, na **luta** pela identidade surda e pela língua de sinais (REZENDE, 2010, p. 39, grifo nosso).

As lideranças constituem e são constituídas na intersecção dos campos (BOURDIEU, 1983) científico, profissional, mobilizando também a luta do movimento social na sua difusão pelo espaço público, produzindo ciência engajada na afirmação da identidade cultural e linguística surda no processo de doutoramento - manifesta nas teses (POKORSKI, 2014).

Portanto, identifica-se o trânsito por diferentes posições sociais, marcadas por entrelugares (SILVA, 2009), Marques (2008) explica em sua tese que a produção acadêmica fundamenta o campo profissional - enquanto professor e pesquisador -, bem como a luta por emancipação das pessoas surdas, na perspectiva da diferença cultural e linguística.

Como indica Pokorski (2014), Perlin acessou a pós-graduação representando a cultura e a comunidade surda, questionando não somente o fazer científico, mas também as barreiras impostas à diferença surda. Assim, a atuação dos movimentos sociais, em especial o movimento surdo, abre possibilidade para desaprender e reaprender com formas de ser e saber outras, distintas, invisibilizadas e negadas pela modernidade ocidental (WALSH, 2014).

Strobel aciona a diferença surda, na sua pesquisa, criticando a precarização e reposicionando as pessoas surdas diante da relação com ouvintes, não mais inscritas como "seres deficientes" (STROBEL, 2008, p. 145), e sim como lideranças mediadoras e negociadoras do movimento surdo.

A Autoria Acadêmica Surda representa uma escrita coletiva, mas posiciona a comunidade surda no fazer da produção de ciência (POKORSKI, 2014; RIBEIRO, 2012), elaborando, articulando e circulando um projeto coletivo (SOUZA, 2018). Assim, como relata Strobel (2008, p. 21), sendo protagonista do movimento surdo, sua tese opera com o desejo de "fazer ecoar seu discurso, 'minha voz' na 'sua voz'!"

Tal projeto, inscrito em uma rede de sociabilidade - processo dinâmico de relações que partilham pontos comuns, sempre em movimento de negociação e engajamento (GONTIJO, 2005) -, mobiliza a identidade da diferença e cultura surda, compartilhando a materialidade e o simbólico na experiência do movimento surdo.

Em nenhum momento pretendemos separar os surdos da comunidade ouvinte. [...] O propósito é refletir sobre os modos de ultrapassar os estreitos limites da escola dos ouvintes, ou do 'modelo ouvinte' para os surdos. **Não estamos defendendo uma pedagogia para um surdo 'fechado para os ouvintes'**, uma vez que o contato surdo-ouvinte é necessário. Precisamos de uma visão cujo núcleo remeta para a dimensão cultural, com respeito à questão das diferenças [...] (PERLIN, 2000, p. 28 apud STROBEL, 2008, p. 146).

Como reforça Bourdieu (1983), o campo científico organiza e sustenta práticas científicas interessadas, sendo que, por vezes, esse interesse pode ser elaborado desde outros campos. Logo, a produção de ciência pelos doutores e doutoras surdas desenvolve-se na forma de autoria engajada, mobilizada pela

posição militante na escrita das Teses, simultaneamente produto e produtora dos saberes do movimento social surdo.

Para Miranda (2007) a formação de docentes e a criação da graduação em Letras - Libras no sistema federal de ensino em diferentes polos no país, são apenas algumas das manifestações de atuação política do movimento surdo, ambos espaços que permitem a articulação dos saberes desde a comunidade surda com a sociedade civil.

Rezende (2010) conecta sua trajetória também à posição militante, na autoria acadêmica, sinalizando a experiência da comunidade surda como resistência ao controle sob os corpos surdos. É na condição das posições sociais como “[...] pesquisadora mulher, surda, militante, professora, esposa, mãe, madrasta, nora, filha, neta; enfim, uma sonhadora” (REZENDE, 2010, p. 40) na trajetória histórica da intelectual que enxerga suas lutas e as escreve na tese mobilizando passado-presente e global-local (WALSH, 2012).

3. AUTORIA ACADÊMICA SURDA E CIRCULAÇÃO DE SABERES

Dessa forma, o projeto coletivo no qual inscrevem-se as doutoras e os doutores surdos, negocia conflitos políticos no interior da ciência (BOURDIEU, 1983) mobilizando a cultura surda nas lutas epistemológicas. Como estratégia, para produção e articulação dos saberes com a realidade (REICHERT, 2018), a Autoria Acadêmica Surda - especialmente encaminhada pelo grupo pioneiro -, acumula capital científico retraduzido - como esquematiza Bourdieu (2004) - e mobilizado na esfera política e pública (SOUZA, 2018), mediando conhecimentos necessários às reivindicações do movimento surdo.

Dessa maneira, entende-se com base em Gohn (2011) e Gomes (2017), que a articulação de saberes promove aprendizagens fundamentais às relações do movimento social surdo com a sociedade no exterior da militância específica - na sua amplitude de sujeitos. Os conhecimentos políticos-identitários-corpóreos (GOMES, 2017) articulados também pelo movimento surdo provocam a necessidade, a capacidade e a efetividade de variados saberes serem construídos na relação com a sociedade civil (GOHN, 2011).

Em seguida, destaca-se os objetos dessas aprendizagens relacionais e interculturais, visibilizados desde a discussão de Gohn (2011), Gomes (2017) e

Walsh (2012, 2014), que compõem e atuam sistematicamente na forma de uma pedagogia para luta calcada na Autoria Acadêmica Surda:

A. saberes práticos: que identificam as formas e instrumentos que os movimentos recorrem em suas tarefas da ação coletiva, a exemplo das mobilizações, lobbys, autoria, passeatas, cartas, autoria, teatro, poesia, manifestações culturais em redes sociais da internet, entre outras, nas quais há escuta das narrativas e protagonismos de seus fazeres;

B. saberes teóricos: que representam a aproximação com conceitos como surdo, língua de sinais, comunidade e cultura surda, ouvinte, ouvintismo, pedagogia surda, bilinguismo, visualidade, medicalização, e fundamentam campos como os Estudos Surdos ancorado fundamentalmente à Educação etc.;

C. saberes técnicos e instrumentais: na elaboração de pareceres e debate das políticas públicas, na reunião de especialistas em congressos acerca dos temas caros à comunidade surda, na caracterização de legislações, decretos, planos e projetos - principalmente associados a Libras e Educação Bilíngue - e outras práticas;

D. saberes sociais e políticos: que reivindicam cidadania em função da garantia de direitos, espaços e serviços - relações com Estado e que atendam as necessidades da comunidade, a exemplo da acessibilidade comunicacional no direito ao intérprete, à legenda em língua portuguesa, entre outros; ou ainda ao acesso à Educação na primeira língua em contexto cultural surdo; também na interação com agentes do Estado, pelo reconhecimento sobre as posições e interseccionalidades, dos lugares de onde enunciar, de ser surdo; partilha de solidariedade diante das barreiras implicadas pelas desigualdades;

E. saberes simbólicos e (inter)culturais: que inscrevem surdos e ouvintes em relações interculturais, principalmente, nas dinâmicas de ser surdo visual-sinalizante, usuário da Libras e do português como segunda língua; na forma da compreensão de significados comuns aos surdos, tal qual o Instituto Nacional de Educação dos Surdos, as associações, ou ainda o Congresso de Milão; consideração dos surdos nas representações afirmativas, capazes de humanizar, em detrimento das negativas; reconhecimento das lideranças e das produções literárias e audiovisuais desde a cultura surda; empréstimo das formas surdas de ver e interpretar o mundo;

F. saberes linguísticos: que mobilizam a construção de sentidos

visuais e corpóreos na língua de sinais, permitindo novas formas de expressão para comunicação, tradução e diálogo com as pessoas surdas; a exemplo da compreensão da Libras como primeira língua da comunidade surda - como necessidade de aquisição para o desenvolvimento - e possibilidade de segunda língua para ouvintes; como ocorre nas trocas linguísticas com professores surdos, principalmente, no ensino superior e nos cursos de formação de intérpretes;

G. saberes cognitivos e epistêmicos: que alteram as lógicas do pensamento em favor de uma posicionalidade da comunidade surda e legitimam a produção surda, focando pontos antes ocultados ao denunciar discursos subalternizantes, bem como incluem novos temas no cenário público a serem aprendidos, questionando os interesses da ciência e visibilizando saberes das trajetórias de vida no movimento surdo;

H. saberes reflexivos e éticos: que colabora para indagar as práticas e discursos dos ouvintes, ou mesmo indicar preconceitos e incompatibilidade de direitos, como ausência de acessibilidade em espaços; como a participação enquanto apoiadores dos movimentos surdos; aprendizagens constituídas na convivência que permitem desenvolver éticas de solidariedade;

Dessa forma, nos movimentos da história da comunidade surda brasileira há diferentes rupturas a serem evidenciadas, como a disputa por uma legislação de reconhecimento da língua partilhada pelas pessoas surdas, bem como a negociação da Educação Bilíngue para surdos, que marcam outros jeitos de ser e saber na/pela cultura surda e praticam pedagogias decoloniais,

Ou seja, às pedagogias de resistência, insurgência, rebeldão, ruptura, transgressão e reexistência que constroem e possibilitam esse "outro caminho" que temos apontado; as pedagogias que cruzam a memória coletiva, o corpo, os sentimentos, os modos de conhecer e ser (humano e outros) com/e-na natureza, bem como os campos socioeconômicos, o espiritual-ancestral, o erótico, o visual e o som, e a pele (WALSH, 2014, p. 24-25).

A Autoria Acadêmica Surda, compreendida como projeto, de acordo com Velho (1999, p. 103) “[...] é o instrumento coletivo básico de negociação da realidade com outros atores, indivíduos ou coletivos. Assim ele existe, [...] como maneira de expressar, articular interesses, objetivos, sentimentos, aspirações

para o mundo" produz e é produzida pelo movimento social surdo. Na forma de ciência e na presença de suas lideranças educadoras constroem, medium e articulam aprendizagens em razão do projeto bilíngue intercultural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como projeto coletivo intercultural, combativo e propositivo, o movimento surdo articula saberes do protagonismo e da autoria na arena pública, engajado na defesa dos direitos linguísticos e culturais. A exemplo da Autoria Acadêmica consolidada na memória histórica dos movimentos, impressa nas trajetórias e sobreposições como surdas/os, líderes, intelectuais, docentes, pesquisadoras/es, encadeadas pelo grupo pioneiro no doutoramento.

Vale dizer, não somente fomentada pelas interlocutoras e interlocutores aqui apresentados, como apontam as pesquisas de Moraes (2014) e Pokorski (2014, 2020). Há outras produções que podem ser consideradas, e, mais importante, outras autoras e autores surdos a serem lidos, interpretados e investigados.

A produção de ciência consolidada na Autoria Acadêmica Surda sistematiza saberes de diferentes naturezas e os sistematiza na construção de um projeto coletivo intercultural. Tais saberes conformados, negociados e articulados pela atuação da militância surda - resistente e corpórea - ensinam aos ouvintes - oriundos de diferentes agentes e instituições, através de uma relação intercultural - que o movimento surdo não cederá sua cidadania.

REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: ORTIZ, Renato (org.). **Pierre Bourdieu**: sociologia. São Paulo: Ática, 1983. p. 122-155.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

BRITO, Fabio Bezerra de. O movimento surdo no Brasil: a busca por direitos. **Journal of Research in Special Educational Needs**, v.16, n.1, p. 766–769, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/1471-3802.12214>. Acesso em: 10 set. 2018.

CAMPELLO, Ana Regina e Souza; PERLIN, Gladis Teresinha Taschetto; STROBEL, Karin Lilian; STUMPF, Marianne Rossi; REZENDE, Patrícia Luiza

Ferreira; MARQUES, Rodrigo Rosso; MIRANDA, Wilson de Oliveira. **Carta Aberta ao Ministro da Educação.** 2012. Disponível em: <https://docs.google.com/file/d/0B8A54snAq1jAQnBYdVRPYmg1VUk/edit?pli=1>. Acesso em 10 de ago. de 2018.

CAMPELLO, Ana Regina; REZENDE, Patrícia Luiza Ferreira. Em defesa da escola bilíngue para surdos: a história de lutas do movimento surdo brasileiro. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 2, p. 71-92, 2014.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2002.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 47, p. 333-513, maio/ago. 2011.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais.** Petrópolis: Vozes, 2013.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador - Saberes construídos na luta por emancipação.** Petrópolis: Vozes, 2017.

GONTIJO, Rebeca. História, cultura, política e sociabilidade intelectual. In: BICALHO, Maria Fernanda; SOIHET, Rachel; GOUVÉA, Maria de Fátima (orgs.). **Culturas Políticas: Ensaios de história cultural, história política e ensino de história.** Rio de Janeiro: Maud Editora. 2005. p. 259-284.

MIRANDA, Wilson de Oliveira. **A experiência e a pedagogia que nós surdos queremos.** 2007. 160f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Informática na Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/13581>. Acesso em: 10 set. 2018.

MONTEIRO, Myrna Salerno. MESTRES E DOUTORES SURDOS: Sobre a Crescente Formação Especializada de Pessoas Surdas no Brasil. **Revista Virtual de Cultura Surda**, n. 23, mai. 2018. Disponível em: http://editora-araraazul.com.br/site/revista_edicoes/detalhes/59. Acesso em: 10 jul. 2018.

MORAES, Violeta Porto. "Vivemos um ser desconjuntado": a produção da diferença nos discursos dos surdos acadêmicos. 2014. 65 f. **Dissertação** (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2014.

POKORSKI, Juliana de Oliveira. Mãos Bilíngues na Academia: Narrativas Surdas. In: **Anais do X Seminário da ANPED Sul**, Florianópolis, 2014.

POKORSKI, Juliana de Oliveira. Narrativas Surdas de Percursos Acadêmicos. 2020. 310 f. **Tese** (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/218414#>. Acesso em: 17 nov. 2021.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani César. **Metodologia do trabalho científico:** métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico.

Novo Hamburgo: Feevale, 2009.

REICHERT, Inês Caroline. **Tramas indígenas contemporâneas**: doutores indígenas e os sentidos da autoria acadêmica indígena no Brasil. 2018. 191 f. Tese (Doutorado em Diversidade Cultural e Inclusão Social) – Universidade Feevale, 2018.

REZENDE, Patrícia Luiza Ferreira. Implante coclear na constituição dos sujeitos surdos. 2010. 164 f. **Tese** (Doutorado em Educação) – Centro de Ciências da Educação. Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/94074>. Acesso em: 2 set. 2018.

RIBEIRO, Maria Clara Maciel de Araújo. O discurso acadêmico-científico produzido por surdos: entre o fazer acadêmico e o fazer militante. 2012. **Tese** (Doutorado em Estudos Linguísticos) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012. Disponível em: http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/LETR-96LNYY/tese_maria_clara_maciel.pdf?sequence=1. Acesso em: 17 nov. 2021.

ROTER, Edna Terezinha. Revisão sistemática X revisão narrativa. **Acta Paulista de Enfermagem** [online]. 2007, v. 20, n. 2, p. v-vi. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-21002007000200001>. Acesso em: 25 nov. 2021.

SILVA, Vilmar. A política da diferença: educadores-intelectuais surdos em perspectivas. 2009. 184 f. **Tese** (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/106672/273852.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso: 28 set. de 2011.

SOUZA, Gabriel de. Sinais de uma autoria acadêmica surda no Brasil: as trajetórias sociais das/os primeiras/os doutoras/es surdas/os. 2018. 97 f. **Monografia** (Conclusão do Curso de Licenciatura em História) - Feevale, Novo Hamburgo-RS, 2018. Disponível em: <https://biblioteca.feevale.br/Vinculo2/000016/000016fd.pdf>. Acesso em: 11 fev. 2019.

SOUZA, Gabriel de; REICHERT, Inês Caroline. Lideranças intelectuais nos caminhos da Autoria Acadêmica Surda. **Revista Espaço**, Rio de Janeiro, n. 53, p. 175-196, jan.-jun. 2020.

STROBEL, Karin. **Surdos**: vestígios culturais não registrados na história. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/91978>. Acesso em: 9 set. 2018.

STUMPF, Marianne Rossi. **Aprendizagem de Escrita de Sinais pelo sistema SignWriting**: Língua de Sinais no papel e no computador. 2005. 330f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Informática na Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/5429>.

Acesso em: 12 set. 2018.

VELHO, Gilberto. **Projeto e metamorfose:** antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1999.

WALSH, Catherine. **La interculturalidad en la educación.** Lima: UNICEF - Ministerio de Educación, 2005.

WALSH, Catherine. Estudios (inter)culturales en clave de-colonial. **Tabula Rasa**, Bogotá, n. 12, p. 209-227, jun. 2010.

WALSH, Catherine. **Interculturalidad crítica y (de)colonialidad:** Ensayos desde Abya Yala. Quito: Ediciones Abya-Yala, 2012.

WALSH, Catherine. Pedagogías decoloniales caminando y preguntando. Notas a Paulo Freire desde Abya Yala”, **Entramados - Educación y Sociedad**, dez. 2014.

Recebido em 18/08/2024.

Aprovado para publicação em 15/03/2025.